



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº 1.540/2012 – PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

PROCESSO Nº 020.006.153/2012

INTERESSADA: PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

ASSUNTO: ACRÉSCIMO/REDUÇÃO EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Parecer **APROVADO** pelo Exmo. Sr.

Procurador-Geral do DF, em 11/01/2013 e
pelo Exmo. Sr. Governador do DF, em _____

/ 20

EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. ACRÉSCIMO OU DIMINUIÇÃO QUANTITATIVA DO OBJETO CONTRATUAL. ART. 65, I, "B", E § 1º, DA LEI 8.666/93. REQUISITOS.

Os acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto contratual fundados no art. 65, I, "b", e § 1º, da Lei 8.666/93 (nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos) submetem-se aos seguintes requisitos: **a)** justificativa técnica do Executor do contrato, estribada em razões de interesse público devidamente comprovadas, em que se atestem (i) a necessidade do acréscimo ou supressão, (ii) o não desvirtuamento do objeto contratual e (iii) a vantajosidade econômica de se proceder ao aditamento contratual, em contraposição a eventual deflagração de novo procedimento licitatório; **b)** existência de planilha de progressão de custos que demonstre o impacto percentual relativamente ao valor inicial atualizado do contrato, incluindo eventuais acréscimos e/ou supressões anteriores, computadas isoladamente, sem qualquer tipo de compensação, de modo a atestar que a pretendida modificação encontra-se dentro dos limites mínimo e máximo impostos pelo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93; **c)** os limites mínimo e máximo para acréscimos ou supressões previstos no aludido art. 65, § 1º, da Lei de Licitações referem-se às alterações unilaterais do contrato, em relação às quais o particular não pode se opor; nada obstante, as partes podem, de comum acordo, pactuar supressão que exceda tais limites, conforme previsão expressa no art. 65, § 2º, II, da Lei 8.666/93; **d)** em se tratando de contrato derivado de ata de registro de preços, a possibilidade de acréscimo quantitativo não se refere à ata, mas somente ao contrato que dela se originou; **e)** informação sobre disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 7º, § 2º, III, da Lei 8.666/93 e, se o caso, declaração de atendimento ao disposto no art. 16, I e II, da Lei Complementar 101/2000; **f)** comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação, qualificação e regularidade fiscal, nos termos do art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, com a juntada da respectiva documentação comprobatória atualizada; **g)** exigência de reforço da garantia contratual em caso de acréscimo quantitativo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93; e **h)** formalização do acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual por meio de termo aditivo.

FOLHA 04

PA 020 006 153 / 2012

RUB. 2 MAT. 397768



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa – PROCAD:

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Distrito Federal, considerando o grande volume de consultas formuladas a esta Casa Jurídica por todo o complexo Administrativo do Distrito Federal que versam sobre acréscimo ou redução no valor de contratos, nos termos do art. 65, inciso I, alínea “b”, da Lei n. 8.666/93, determina, com fulcro no *caput* do art. 99 do RIPGDF, a emissão de parecer jurídico, nos moldes dos precedentes desta Casa, para posterior submissão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal para a outorga de eficácia normativa (fl. 02).

Por meio do despacho de fl. 03, submeteu-se o procedimento à análise e pronunciamento deste Procurador.

Em breve síntese, é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cuida-se de parecer jurídico que visa a sistematizar o entendimento já consolidado nesta Casa relativamente aos requisitos necessários para modificações quantitativas do objeto contratual fundadas no art. 65, I, “b”, da Lei 8.666/93, com vistas à posterior submissão do opinativo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal para a outorga de eficácia normativa.

FOLHA 05

PA 020 006 153 / 2012

RUB. 9 MAT. 397768

2



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

Como ponto de partida, relembre-se que a possibilidade de alteração unilateral do contrato para a promoção de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto é uma das peculiaridades do contrato administrativo, que se caracteriza, entre outros aspectos, pela existência de prerrogativas especiais do Poder Público em face do particular (as chamadas “cláusulas exorbitantes”), justificadas pela existência de interesse público subjacente à contratação. No ponto, esclarece CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, *in verbis*:

“Tais preceitos visam a garantir a satisfação do interesse público, de tal modo que assujeitam peculiarmente o vínculo ao cabal cumprimento deste desiderato, o que, de resto, como ao diante se verá, em nada compromete os interesses do particular substanciados no ajuste. Conferem à Administração prerrogativas de supremacia, enquanto instrumentais à realização da finalidade pública e na medida em que o sejam, do mesmo passo em que lhe irrogam sujeições típicas, umas e outras armadas ao propósito de acautelar o interesse público. (in Curso de Direito Administrativo, 26ª ed., Malheiros Editores, 2009, p. 615)

Destarte, toda e qualquer alteração no objeto do contrato deve ser justificada formalmente por razões de interesse público, nos termos do art. 58, inciso I, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:
I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;” – grifos não-originais.

FOLHA 06

PA 020 006 153 / 2012

RUB. 2 MAT. 397768



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Tratando-se de alteração unilateral quantitativa, incide na espécie o art. 65, I, "b" e § 1º da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos." – *grifou-se.*

Como visto, o primeiro requisito que se aponta para a pretendida modificação quantitativa é a efetiva existência de interesse público que a justifique, devidamente declinada pelo executor do Contrato.

Noutro giro, deve o órgão contratante atestar expressamente que o pretendido aditamento não acarretará o desvirtuamento do objeto contratual, com o que estaria malferido o princípio da obrigatoriedade de licitação. No ponto, colha-se o entendimento de LUCAS ROCHA FURTADO:

FOLHA 01

PA 020 006 153 / 2012

RUB. 2 MAT. 397768

4



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

"O interesse público é não só o fundamento da mutabilidade nos contratos administrativos, como também irá definir o seu real limite. É exatamente em nome dessa mutabilidade dos contratos administrativos que a Administração, buscando sempre a realização do interesse público, poderá promover alterações contratuais unilaterais, dentro dos limites indicados no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93 (...).

As modificações unilaterais a que se sujeitam os contratos administrativos se dividem em duas categorias: alterações contratuais quantitativas e as alterações contratuais qualitativas.

Antes de prosseguirmos no estudo deste complexo tema, devemos observar que em hipótese alguma, em nome de se alterar quantitativa ou qualitativamente contrato administrativo, pode ser transformada a aquisição de bicicletas em compra de aviões, ou a prestação de serviços de marcenaria em serralheria. Isso não é alteração quantitativa, ou mesmo qualitativa. Isso implica a celebração de outro contrato com outro objeto." (in Curso de Licitações e Contratos Administrativos, Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 439).

Neste mesmo sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da

União:

"PRESTAÇÃO DE CONTAS. ALTERAÇÃO INDEVIDA EM CONTRATO. MUTAÇÃO DE OBJETO. NÃO APLICAÇÃO DA DIFERENÇA PERCENTUAL VERIFICADA ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL DA ADMINISTRAÇÃO E A PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA SOBRE OS NOVOS ITENS. CONTAS REGULARES COM RESSALVA.

ACÓRDÃO

9.4. cientificar a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia quanto às seguintes impropriedades constatadas:

FOLHA 08

PA 020 006 153 / 2012

RUB. 2 MAT. 397768



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

9.4.1. celebração indevida de Termo Aditivo, datado de 14/9/2009, ao contrato oriundo da Concorrência nº 07/08 ("pavimentação asfáltica para recapeamento de vias internas de acesso dos Campi de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus"), por incorrer em mutação de objeto e ter sido assinado após execução dos serviços contratados, o que contraria os arts. 3º, 6º, IX; 55, XI e 65, todos da Lei nº 8.666/1993; e

(...)

VOTO

(...)

10. Começando a análise dessas duas irregularidades, julgo assistir razão à unidade técnica quando assevera que o objeto do contrato decorrente da Concorrência nº 07/08 era a "pavimentação asfáltica para recapeamento de vias internas de acesso dos Campi de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus". Portanto, como o termo aditivo questionado previu a construção de novos elementos, ocorreu efetiva inovação do contrato original. (...)

42. Dessa forma, com o termo aditivo, foi desvirtuado o contrato de recomposição das vias de acesso aos campi da UFRB, para se tornar um contrato de 'reurbanização das vias do campus universitário', invocando-se um percentual para termos aditivos privativos aos contratos de reforma (50%).

43. Ressalte-se que 59,5% dos serviços relacionados no termo aditivo são novos, e, portanto, não foram submetidos ao crivo do certame licitatório. Fazendo com que aditivo tenha sido, na verdade, um processo de dispensa de licitação."

11. Como esses 59,5% dos serviços relacionados no irregular termo aditivo são novos, não se submeteram ao processo licitatório, o que configuraria indevida dispensa de licitação e potencial prejuízo financeiro à Administração Pública, da ordem de R\$ 9.000,00, vez que não se teria aplicado sobre os novos itens a diferença percentual verificada entre o orçamento inicial da administração e a proposta de preços da empresa [contratada], base do contrato original, conforme

FOLHA 09

PA 020 006 153 / 2012

RUB. 2 MAT. 397768



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

determinava o art. 109, §6 da Lei nº 11.768/2009, in verbis: (...)” – grifos não originais.

(AC-3193-14/12-2 Sessão: 08/05/12 Grupo: II Classe: II Relator: Ministro AUGUSTO NARDES - Tomada e Prestação de Contas - Iniciativa Própria)

A justificativa do Executor deve atestar, por fim, a vantajosidade econômica em caso de acréscimo quantitativo, em contraposição a eventual deflagração de novo certame licitatório. Com efeito, nos contratos cujo objeto possa ser fracionado – notadamente nos de compras e de prestação de serviços – é possível, em tese, que o pretendido acréscimo possa ser obtido mediante nova licitação, caso a Administração verifique que os preços contratuais pagos estão superiores aos praticados no mercado, já considerados nesse cálculo os custos decorrentes de novo certame. Daí a necessidade de justificativa do órgão, devidamente documentada, atestando a vantajosidade econômica do pretendido acréscimo contratual.

Outro requisito que deve ser observado diz respeito à efetiva comprovação de que o acréscimo ou supressão encontra-se dentro dos limites mínimo e máximo impostos pelo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93 (nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos).

Neste sentido, necessário que seja acostada aos autos planilha de progressão de custos que demonstre o impacto percentual relativamente ao valor inicial atualizado do contrato, incluindo eventuais acréscimos e/ou supressões anteriores, computadas isoladamente, sem qualquer tipo de compensação.

Tal forma de cálculo está consagrada no âmbito do TCU desde o Acórdão 749/2010-Plenário, Rel. Min. AUGUSTO NARDES, cujo item 9.2 segue abaixo transcrito, *verbis*:

FOLHA 10

PA 020 006 153 / 2012

RUB. 2 MAT. 397768

7



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

“9.2. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que, em futuras contratações, para efeito de observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/1993, passa a considerar as reduções ou supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal;” – grifou-se.

No mesmo sentido, citem-se os Acórdãos 958/2010-Plenário, Relator Min. MARCOS BEMQUERER COSTA e 493/2011-Plenário, Relator Min. ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO. Nesta Casa, o entendimento está sufragado, entre outros, no bojo do Parecer nº 625/2012-PROCAD/PGDF.

Esclareça-se que os limites mínimo e máximo para acréscimos ou supressões previstos no aludido art. 65, § 1º, da Lei de Licitações referem-se às alterações unilaterais do contrato, em relação às quais o particular não pode se opor. Nada obstante, as partes podem, de comum acordo, pactuar supressão que exceda tais limites, conforme previsão expressa no art. 65, §2º, II, da Lei 8.666/93.

Ainda sobre os limites percentuais impostos pelo art. 65, § 1º, da Lei de Licitações, registre-se que, em se tratando de contrato derivado de ata de registro de preços, a possibilidade de acréscimo quantitativo não se refere à ata, mas apenas ao contrato que dela se originou. Isso porque a adoção do entendimento contrário daria margem à extrapolação, por via oblíqua, do limite máximo previsto em lei (por exemplo, acrescentando-se 25% à ata e, posteriormente, mais 25% ao contrato). Este é o entendimento estratificado nesta Casa, cabendo citar, entre outros, os Pareceres PROCAD/PGDF nºs. 805/2011 e 867/2011.

FOLHA 11

PA 020 006 153 / 2012

RUB. 2 MAT. 397768



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Os autos também devem ser instruídos com informação sobre disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei 8.666/93 e, se o caso, com declaração de atendimento ao disposto no art. 16, I e II, da Lei Complementar 101/2000 (quando a contratação configurar criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa).

Necessária também a demonstração de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação, qualificação e regularidade fiscal, nos termos do art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, procedendo-se à juntada da respectiva documentação comprobatória atualizada.

Em se tratando de acréscimo quantitativo, a Administração deverá exigir o reforço da garantia contratual, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

Por fim, estando atendidos todos os demais requisitos ora listados, o acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual deverá ser formalizado por termo aditivo ao contrato.

Em síntese, os acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto contratual fundados no art. 65, I, "b", da Lei 8.666/93 (nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos) submetem-se aos seguintes requisitos:

a) justificativa técnica do Executor do contrato, estribada em razões de interesse público devidamente comprovadas, em que se atestem (i) a necessidade do acréscimo ou supressão, (ii) o não desvirtuamento do objeto contratual e (iii) a vantajosidade econômica de se proceder ao aditamento contratual, em

FOLHA 12

PA 020 006 153 / 2012

RUB. 7 MAT. 397768



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

contraposição a eventual deflagração de novo procedimento licitatório;

b) existência de planilha de progressão de custos que demonstre o impacto percentual relativamente ao valor inicial atualizado do contrato, incluindo eventuais acréscimos e/ou supressões anteriores, computadas isoladamente, sem qualquer tipo de compensação, de modo a atestar que a pretendida modificação encontra-se dentro dos limites mínimo e máximo impostos pelo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93;

c) os limites mínimo e máximo para acréscimos ou supressões previstos no aludido art. 65, § 1º, da Lei de Licitações referem-se às alterações unilaterais do contrato, em relação às quais o particular não pode se opor; nada obstante, as partes podem, de comum acordo, pactuar supressão que exceda tais limites, conforme previsão expressa no art. 65, §2º, II, da Lei 8.666/93;

d) em se tratando de contrato derivado de ata de registro de preços, a possibilidade de acréscimo quantitativo não se refere à ata, mas somente ao contrato que dela se originou;

e) informação sobre disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 7º, § 2º, III, da Lei 8.666/93 e, se o caso, declaração de atendimento ao disposto no art. 16, I e II, da Lei Complementar 101/2000;

f) comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação, qualificação e regularidade fiscal, nos termos do art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, com a juntada da respectiva documentação comprobatória atualizada;

FOLHA 13

PA 020 006 153 / 2012

RUD. 9 MAT. 397768

10



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

g) exigência de reforço da garantia contratual em caso de acréscimo quantitativo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93; e

h) formalização do acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual por meio de termo aditivo.

Estes são, salvo melhor juízo, os requisitos que esta Casa já consolidou como indispensáveis à modificação quantitativa do objeto contratual fundada no art. 65, I, “b” e § 1º, da Lei 8.666/93.

III – CONCLUSÃO

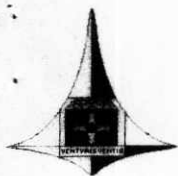
Em face do exposto, opina-se no sentido de que os acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto contratual com fundamento no art. 65, I, “b” e § 1º, da Lei 8.666/93 ficam condicionados ao atendimento dos requisitos elencados no presente parecer, os quais deverão ser atestados pela Assessoria Jurídico-Legislativa de cada órgão contratante, dispensada a oitiva da Procuradoria-Geral do Distrito Federal na hipótese de ser conferida eficácia normativa ao presente parecer e ressalvada, em qualquer hipótese, a possibilidade de manifestação desta Casa sobre questão jurídica específica não tratada neste opinativo.

É o parecer, *sub censura*.

Brasília-DF, 28 de dezembro de 2012.


RODRIGO ALVES CHAVES

Procurador do Distrito Federal



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Processo nº: 020.006.153/2012
Interessado: Procuradoria Geral do Distrito Federal
Assunto: Acréscimo/redução em contratos administrativos

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cuida-se de processo administrativo instaurado no âmbito desta Procuradoria-Geral do Distrito Federal, com o fito de normatizar o entendimento consolidado desta Casa Jurídica acerca dos requisitos necessários para alterações quantitativas de objeto contratual, com fulcro no art. 65, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93, para fins de submissão ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal para a outorga de eficácia normativa.

Instado a se manifestar, o **II. Procurador do Distrito Federal Dr. Rodrigo Alves Chaves** exarou parecer em que esclareceu os requisitos fáticos e jurídicos necessários à regular celebração de aditivo com acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual com fundamento no art. 65, I, “b” e § 1º, da Lei 8.666/93.


Por concordar com as conclusões alcançadas pelo II. Procurador, submeto ao descortino de Vossa Excelência o **Parecer nº 1.540/2012-PROCAD/PGDF**, o qual **aprovo** por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Sugerimos, caso aprovada a presente manifestação, sejam os autos encaminhados ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal para, se assim o entender, seja oportunamente concedido o efeito normativo ao parecer.

No despacho do Chefe do Poder Executivo que eventualmente conceda o aludido efeito normativo ao opinativo, sugerimos, ainda, que conste expressamente a desnecessidade de envio de cada caso concreto à análise desta Procuradoria, de forma que as Assessorias Jurídico-Legislativas das Secretarias de Estado ficassem responsáveis por atestar, mediante parecer, o cumprimento das diretrizes traçadas no bojo do presente parecer.

À superior consideração.

Brasília, 04 de janeiro de 2013.


Fernando Zanetti Stauber
Procurador-Chefe
Procuradoria Administrativa

DESPACHO

PROCESSO Nº: 020.006.153/2012
INTERESSADO: Procuradoria-Geral do Distrito Federal
ASSUNTO: Parecer Jurídico – Acréscimo/Redução em Contratos Administrativos.

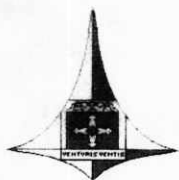
Outorgo efeito normativo ao **PARECER Nº 1.540/2012** – **PROCAD/PGDF**, de autoria do ilustre Procurador do Distrito Federal Rodrigo Alves Chaves, aprovado pela eminente Chefia da Procuradoria Administrativa – PROCAD, e pelo insigne Procurador-Geral do Distrito Federal, Marcelo Augusto da Cunha Castello Branco.

Destaco que todos os casos que se amoldem à referida orientação normativa devem ser analisados pela respectiva assessoria jurídica, tornando-se desnecessária a análise pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ressalvando-se, em todo caso, a possibilidade de nova manifestação do órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal caso subsista dúvida jurídica específica.

Publique-se na íntegra o Parecer e as respectivas aprovações no Diário Oficial do Distrito Federal.

Em ____/____/2013.

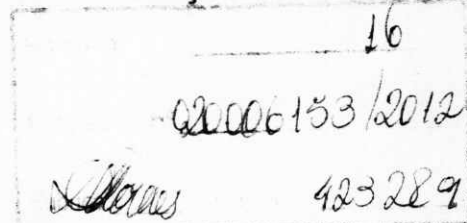
AGNELO QUEIROZ
Governador do Distrito Federal



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL



PROCESSO Nº: 020.006.153/2012
INTERESSADO: Procuradoria-Geral do Distrito Federal
ASSUNTO: Parecer Jurídico – Acréscimo/Redução em Contratos Administrativos.



APROVO O PARECER Nº 1.540/2012 – PROCAD/PGDF, de lavra do ilustre Procurador do Distrito Federal Rodrigo Alves Chaves, bem como a cota de fl. 15, subscrita pela eminente Chefia da Procuradoria Administrativa – PROCAD.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, para conhecimento da manifestação desta Casa e submissão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal para outorga de eficácia normativa ao **PARECER Nº 1.540/2012 – PROCAD/PGDF**, nos termos do art. 6º, inciso XXXVI, da Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001.

Em 11 / 01 / 2013.

MARCELO AUGUSTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO
Procurador-Geral do Distrito Federal

DESPACHO DO GOVERNADOR

Em 17 de abril de 2013

Processo: 020.006.153/2012. Interessada: PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL. Assunto: OUTORGA DE EFEITO NORMATIVO A PARECER – ACRÉSCIMO OU REDUÇÃO EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

1. Outorgo efeito normativo ao PARECER Nº 1.540/2012-PROCAD/PGDF, de autoria do Procurador do Distrito Federal RODRIGO ALVES CHAVES, aprovado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa – PROCAD, FERNANDO ZANETTI STAUBER, e pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, MARCELO AUGUSTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO.

2. Os órgãos e entidades contratantes deverão atestar nos autos, mediante parecer a ser elaborado pela respectiva assessoria jurídica, com a devida aprovação pela autoridade competente, o cumprimento das diretrizes traçadas no bojo do aludido parecer, ao qual se outorga efeito normativo, devendo o feito administrativo ser encaminhado à Procuradoria-Geral do Distrito Federal apenas se houver questão jurídica não contemplada no opinativo.

3. Publique-se na íntegra o Parecer e as respectivas aprovações no Diário Oficial do Distrito Federal.

AGNELO QUEIROZ

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Parecer Nº 1.540/2012 - PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD. Processo: 020.006.153/2012. Interessada: PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL. Assunto: ACRÉSCIMO/REDUÇÃO EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. EMENTA: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. ACRÉSCIMO OU DIMINUIÇÃO QUANTITATIVA DO OBJETO CONTRATUAL. ART. 65, I, “B”, E § 1º, DA LEI 8.666/93. REQUISITOS.

Os acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto contratual fundados no art. 65, I, “b”, e § 1º, da Lei 8.666/93 (nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos) submetem-se aos seguintes requisitos: a) justificativa técnica do Executor do contrato, estribada em razões de interesse público devidamente comprovadas, em que se atestem (i) a necessidade do acréscimo ou supressão, (ii) o não desvirtuamento do objeto contratual e (iii) a vantajosidade econômica de se proceder ao aditamento contratual, em contraposição a eventual deflagração de novo procedimento licitatório; b) existência de planilha de progressão de custos que demonstre o impacto percentual relativamente ao valor inicial atualizado do contrato, incluindo eventuais acréscimos e/ou supressões anteriores, computadas isoladamente, sem qualquer tipo de compensação, de modo a atestar que a pretendida modificação encontra-se dentro dos limites mínimo e máximo impostos pelo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93; c) os limites mínimo e máximo para acréscimos ou supressões previstos no aludido art. 65, § 1º, da Lei de Licitações referem-se às alterações unilaterais do contrato, em relação às quais o particular não pode se opor; nada obstante, as partes podem, de comum acordo, pactuar supressão que exceda tais limites, conforme previsão expressa no art. 65, § 2º, II, da Lei 8.666/93; d) em se tratando de contrato derivado de ata de registro de preços, a possibilidade de acréscimo quantitativo não se refere à ata, mas somente ao contrato que dela se originou; e) informação sobre disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 7º, § 2º, III, da Lei 8.666/93 e, se o caso, declaração de atendimento ao disposto no art. 16, I e II, da Lei Complementar 101/2000; f) comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação, qualificação e regularidade fiscal, nos termos do art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, com a juntada da respectiva documentação comprobatória atualizada; g) exigência de reforço da garantia contratual em caso de acréscimo quantitativo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93; e h) formalização do acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual por meio de termo aditivo.

Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa – PROCAD:

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Distrito Federal, considerando o grande volume de consultas formuladas a esta Casa Jurídica por todo o complexo Administrativo do Distrito Federal que versam sobre acréscimo ou redução no valor de contratos, nos termos do art. 65, inciso I, alínea “b”, da Lei n. 8.666/93, determina, com fulcro no caput do art. 99 do RIPGDF, a emissão de parecer jurídico, nos moldes dos precedentes desta Casa, para posterior submissão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal para a outorga de eficácia normativa (fl. 02).

Por meio do despacho de fl. 03, submeteu-se o procedimento à análise e pronunciamento deste Procurador.

Em breve síntese, é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cuida-se de parecer jurídico que visa a sistematizar o entendimento já consolidado nesta Casa relativamente aos requisitos necessários para modificações quantitativas do objeto contratual fundados no art. 65, I, “b”, da Lei 8.666/93, com vistas à posterior submissão do opinativo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal para a outorga de eficácia normativa.

Como ponto de partida, relembre-se que a possibilidade de alteração unilateral do contrato para a promoção de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto é uma das peculiaridades do contrato administrativo, que se caracteriza, entre outros aspectos, pela existência de prerrogativas especiais do Poder Público em face do particular (as chamadas “cláusulas exorbitantes”), justificadas pela existência de interesse público subjacente à contratação. No ponto, esclarece CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, in verbis:

“Tais preceitos visam a garantir a satisfação do interesse público, de tal modo que assujeitem peculiarmente o vínculo ao cabal cumprimento deste desiderato, o que, de resto, como ao diante se verá, em nada compromete os interesses do particular substanciados no ajuste. Conferem à Administração prerrogativas de supremacia, enquanto instrumentais à realização da finalidade pública e na medida em que o sejam, do mesmo passo em que lhe irrogam sujeições típicas, umas e outras armadas ao propósito de acautelar o interesse público. (in Curso de Direito Administrativo, 26ª ed., Malheiros Editores, 2009, p. 615)

Destarte, toda e qualquer alteração no objeto do contrato deve ser justificada formalmente por razões de interesse público, nos termos do art. 58, inciso I, da Lei 8.666/93, in verbis:

“Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;” – grifos não-originais.

Tratando-se de alteração unilateral quantitativa, incide na espécie o art. 65, I, “b” e § 1º da Lei n. 8.666/93, in verbis:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.” – grifou-se.

Como visto, o primeiro requisito que se aponta para a pretendida modificação quantitativa é a efetiva existência de interesse público que a justifique, devidamente declinada pelo executor do Contrato.

Noutro giro, deve o órgão contratante atestar expressamente que o pretendido aditamento não acarretará o desvirtuamento do objeto contratual, com o que estaria malferido o princípio da obrigatoriedade de licitação. No ponto, colha-se o entendimento de LUCAS ROCHA FURTADO:

“O interesse público é não só o fundamento da mutabilidade nos contratos administrativos, como também irá definir o seu real limite. É exatamente em nome dessa mutabilidade dos contratos administrativos que a Administração, buscando sempre a realização do interesse público, poderá promover alterações contratuais unilaterais, dentro dos limites indicados no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93 (...)

As modificações unilaterais a que se sujeitam os contratos administrativos se dividem em duas categorias: alterações contratuais quantitativas e as alterações contratuais qualitativas.

Antes de prosseguirmos no estudo deste complexo tema, devemos observar que em hipótese alguma, em nome de se alterar quantitativa ou qualitativamente contrato administrativo, pode ser transformada a aquisição de bicicletas em compra de aviões, ou a prestação de serviços de marcenaria em serralaria. Isso não é alteração quantitativa, ou mesmo qualitativa. Isso implica a celebração de outro contrato com outro objeto.” (in Curso de Licitações e Contratos Administrativos, Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 439).

Neste mesmo sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

“PRESTAÇÃO DE CONTAS. ALTERAÇÃO INDEVIDA EM CONTRATO. MUTAÇÃO DE OBJETO. NÃO APLICAÇÃO DA DIFERENÇA PERCENTUAL VERIFICADA ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL DA ADMINISTRAÇÃO E A PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA SOBRE OS NOVOS ITENS. CONTAS REGULARES COM RESSALVA.

ACÓRDÃO

9.4. identificar a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia quanto às seguintes impropriedades constatadas:

9.4.1. celebração indevida de Termo Aditivo, datado de 14/9/2009, ao contrato oriundo da Concorrência nº 07/08 (“pavimentação asfáltica para recalapeamento de vias internas de acesso dos Campi de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus”), por incorrer em mutação de objeto e ter sido assinado após execução dos serviços contratados, o que contraria os arts. 3º, 6º, IX, 55, XI e 65, todos da Lei nº 8.666/1993; e

(...)

VOTO

(...)

10. Começando a análise dessas duas irregularidades, julgo assistir razão à unidade técnica quando assevera que o objeto do contrato decorrente da Concorrência nº 07/08 era a “pavimentação asfáltica para recalapeamento de vias internas de acesso dos Campi de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus”. Portanto, como o termo aditivo questionado previu a construção de novos elementos, ocorreu efetiva inovação do contrato original. (...)

42. Dessa forma, com o termo aditivo, foi desvirtuado o contrato de recomposição das vias de acesso aos campi da UFRB, para se tornar um contrato de reurbanização das vias do campus universitário, invocando-se um percentual para termos aditivos privativos aos contratos de reforma (50%).

43. Ressalte-se que 59,5% dos serviços relacionados no termo aditivo são novos, e, portanto, não foram submetidos ao crivo do certame licitatório. Fazendo com que aditivo tenha sido, na verdade, um processo de dispensa de licitação.”

Anexar ao Parecer nº 1540/2012 - PROCAD

11. Como esses 59,5% dos serviços relacionados no irregular termo aditivo são novos, não se submeteram ao processo licitatório, o que configuraria indevida dispensa de licitação e potencial prejuízo financeiro à Administração Pública, da ordem de R\$ 9.000,00, vez que não se teria aplicado sobre os novos itens a diferença percentual verificada entre o orçamento inicial da administração e a proposta de preços da empresa [contratada], base do contrato original, conforme determinava o art. 109, §6 da Lei nº 11.768/2009, in verbis: (...) – grifos não originais. (AC-3193-14/12-2 Sessão: 08/05/12 Grupo: II Classe: II Relator: Ministro AUGUSTO NARDES - Tomada e Prestação de Contas - Iniciativa Própria)

A justificativa do Executor deve atestar, por fim, a vantajosidade econômica em caso de acréscimo quantitativo, em contraposição a eventual deflagração de novo certame licitatório. Com efeito, nos contratos cujo objeto possa ser fracionado – notadamente nos de compras e de prestação de serviços – é possível, em tese, que o pretendido acréscimo possa ser obtido mediante nova licitação, caso a Administração verifique que os preços contratuais pagos estão superiores aos praticados no mercado, já considerados nesse cálculo os custos decorrentes de novo certame. Daí a necessidade de justificativa do órgão, devidamente documentada, atestando a vantajosidade econômica do pretendido acréscimo contratual.

Outro requisito que deve ser observado diz respeito à efetiva comprovação de que o acréscimo ou supressão encontra-se dentro dos limites mínimo e máximo impostos pelo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93 (nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos).

Neste sentido, necessário que seja acostada aos autos planilha de progressão de custos que demonstre o impacto percentual relativamente ao valor inicial atualizado do contrato, incluindo eventuais acréscimos e/ou supressões anteriores, computadas isoladamente, sem qualquer tipo de compensação.

Tal forma de cálculo está consagrada no âmbito do TCU desde o Acórdão 749/2010-Plenário, Rel. Min. AUGUSTO NARDES, cujo item 9.2 segue abaixo transcrito, verbis:

“9.2. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que, em futuras contratações, para efeito de observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, passe a considerar as reduções ou supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal;” – grifou-se.

No mesmo sentido, citem-se os Acórdãos 958/2010-Plenário, Relator Min. MARCOS BEMQUERER COSTA e 493/2011-Plenário, Relator Min. ANDRÉ LUIS DE CARVALHO. Nesta Casa, o entendimento está sufragado, entre outros, no bojo do Parecer nº 625/2012-PROCAD/PGDF.

Esclareça-se que os limites mínimo e máximo para acréscimos ou supressões previstos no aludido art. 65, § 1º, da Lei de Licitações referem-se às alterações unilaterais do contrato, em relação às quais o particular não pode se opor. Nada obstante, as partes podem, de comum acordo, pactuar supressão que exceda tais limites, conforme previsão expressa no art. 65, §2º, II, da Lei 8.666/93. Ainda sobre os limites percentuais impostos pelo art. 65, § 1º, da Lei de Licitações, registre-se que, em se tratando de contrato derivado de ata de registro de preços, a possibilidade de acréscimo quantitativo não se refere à ata, mas apenas ao contrato que dela se originou. Isso porque a adoção do entendimento contrário daria margem à extrapolação, por via oblíqua, do limite máximo previsto em lei (por exemplo, acrescendo-se 25% à ata e, posteriormente, mais 25% ao contrato). Este é o entendimento estratificado nesta Casa, cabendo citar, entre outros, os Pareceres PROCAD/PGDF nºs. 805/2011 e 867/2011.

Os autos também devem ser instruídos com informação sobre disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei 8.666/93 e, se o caso, com declaração de atendimento ao disposto no art. 16, I e II, da Lei Complementar 101/2000 (quando a contratação configurar criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa).

Necessária também a demonstração de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação, qualificação e regularidade fiscal, nos termos do art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, procedendo-se à juntada da respectiva documentação comprobatória atualizada.

Em se tratando de acréscimo quantitativo, a Administração deverá exigir o reforço da garantia contratual, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

Por fim, estando atendidos todos os demais requisitos ora listados, o acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual deverá ser formalizado por termo aditivo ao contrato.

Em síntese, os acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto contratual fundados no art. 65, I, “b”, da Lei 8.666/93 (nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos) submetem-se aos seguintes requisitos:

a) justificativa técnica do Executor do contrato, estribada em razões de interesse público devidamente comprovadas, em que se atestem (i) a necessidade do acréscimo ou supressão, (ii) o não desvirtuamento do objeto contratual e (iii) a vantajosidade econômica de se proceder ao aditamento contratual, em contraposição a eventual deflagração de novo procedimento licitatório; b) existência de planilha de progressão de custos que demonstre o impacto percentual relativamente ao valor inicial atualizado do contrato, incluindo eventuais acréscimos e/ou supressões anteriores, computadas isoladamente, sem qualquer tipo de compensação, de modo a atestar que a pretendida modificação encontra-se dentro dos limites mínimo e máximo impostos pelo art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93;

c) os limites mínimo e máximo para acréscimos ou supressões previstos no aludido art. 65, § 1º, da Lei de Licitações referem-se às alterações unilaterais do contrato, em relação às quais o particular não pode se opor; nada obstante, as partes podem, de comum acordo, pactuar supressão que exceda tais limites, conforme previsão expressa no art. 65, §2º, II, da Lei 8.666/93; d) em se tratando de contrato derivado de ata de registro de preços, a possibilidade de acréscimo quantitativo não se refere à ata, mas somente ao contrato que dela se originou; e) informação sobre disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 7º, § 2º, III, da Lei 8.666/93 e, se o caso, declaração de atendimento ao disposto no art. 16, I e II, da Lei Complementar 101/2000; f) comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação, qualificação e regularidade fiscal, nos termos do art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, com a juntada da respectiva documentação comprobatória atualizada; g) exigência de reforço da garantia contratual em caso de acréscimo quantitativo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93; e h) formalização do acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual por meio de termo aditivo.

Estes são, salvo melhor juízo, os requisitos que esta Casa já consolidou como indispensáveis à modificação quantitativa do objeto contratual fundada no art. 65, I, “b” e § 1º, da Lei 8.666/93.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, opina-se no sentido de que os acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto contratual com fundamento no art. 65, I, “b” e § 1º, da Lei 8.666/93 ficam condicionados ao atendimento dos requisitos elencados no presente parecer, os quais deverão ser atestados pela Assessoria Jurídico-Legislativa de cada órgão contratante, dispensada a oitiva da Procuradoria-Geral do Distrito Federal na hipótese de ser conferida eficácia normativa ao presente parecer e ressalvada, em qualquer hipótese, a possibilidade de manifestação desta Casa sobre questão jurídica específica não tratada neste opinativo.

É o parecer, sub censura.

Brasília-DF, 28 de dezembro de 2012.

RODRIGO ALVES CHAVES

Procurador do Distrito Federal

Processo: 020.006.153/2012. Interessado: PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL. Assunto: ACRÉSCIMO/REDUÇÃO EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cuida-se de processo administrativo instaurado no âmbito desta Procuradoria-Geral do Distrito Federal, com o fito de normatizar o entendimento consolidado desta Casa Jurídica acerca dos requisitos necessários para alterações quantitativas de objeto contratual, com fulcro no art. 65, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93, para fins de submissão ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal para a outorga de eficácia normativa.

Instado a se manifestar, o Il. Procurador do Distrito Federal Dr. Rodrigo Alves Chaves exarou parecer em que esclareceu os requisitos fáticos e jurídicos necessários à regular celebração de aditivo com acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual com fundamento no art. 65, I, “b” e § 1º, da Lei 8.666/93.

Por concordar com as conclusões alcançadas pelo Il. Procurador, submeto ao descortino de Vossa Excelência o Parecer nº 1.540/2012-PROCAD/PGDF, o qual aprovo por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Sugerimos, caso aprovada a presente manifestação, sejam os autos encaminhados ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal para, se assim o entender, seja oportunamente concedido o efeito normativo ao parecer.

No despacho do Chefe do Poder Executivo que eventualmente conceda o aludido efeito normativo ao opinativo, sugerimos, ainda, que conste expressamente a desnecessidade de envio de cada caso concreto à análise desta Procuradoria, de forma que as Assessorias Jurídico-Legislativas das Secretarias de Estado ficassem responsáveis por atestar, mediante parecer, o cumprimento das diretrizes traçadas no bojo do presente parecer.

À superior consideração.

Brasília, 04 de janeiro de 2013.

Fernando Zanetti Stauber

Procurador-Chefe

Procuradoria Administrativa

Processo: 020.006.153/2012. Interessado: PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL. Assunto: PARECER JURÍDICO – ACRÉSCIMO/REDUÇÃO EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

APROVO O PARECER Nº 1.540/2012 – PROCAD/PGDF, de lavra do ilustre Procurador do Distrito Federal Rodrigo Alves Chaves, bem como a cota de fl. 15, subscrita pela eminente Chefe da Procuradoria Administrativa – PROCAD.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, para conhecimento da manifestação desta Casa e submissão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal para outorga de eficácia normativa ao PARECER Nº 1.540/2012 – PROCAD/PGDF, nos termos do art. 6º, inciso XXXVI, da Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001.

Em 11/01/2013.

MARCELO AUGUSTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO

Procurador-Geral do Distrito Federal

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o artigo 17, § 5º da Lei Complementar 840, de 23/12/2011, resolve:

TORNAR SEM EFEITO as nomeações contidas no Decreto publicado no DODF nº 102, de 17 de maio de 2013, página 1, a que se refere o Edital Normativo nº 1/2011 – SEAP/IML - DPT – PCDF, publicado no DODF nº 146, de 29/07/2011 e Edital de Resultado Final nº 08- SEAP/IML - DPT – PCDF/2012, publicado no DODF nº 45, de 05/03/2012, para exercerem o cargo de Agente de Atividades Complementares de Segurança Pública do quadro de Pessoal do Distrito Federal, conforme a seguir (área de atuação, código, nome e classificação): ANATOMIA (CÓDIGO 201): WELLINGTON DE FREITAS SANTOS, 24º, LABORATÓRIO (CÓDIGO 204): MARTA KAMIHA JUNQUEIRA DE BERREDO, 14º.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve: NOMEAR os candidatos abaixo, aprovados no concurso público a que se refere o Edital Normativo nº 1/2011 – SEAP/IML - DPT – PCDF, publicado no DODF nº 146, de 29/07/2011 e Edital de Resultado Final nº 08- SEAP/IML - DPT – PCDF/2012, publicado no DODF nº 45, de 05/03/2012, para exercerem o cargo de Agente de Atividades Complementares de Segurança Pública do quadro de Pessoal do Distrito Federal, conforme a seguir (área de atuação, código, nome e classificação):

AGENTE DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE SEGURANÇA PÚBLICA
LABORATÓRIO (CÓDIGO 204): CRISTIANO ATHAYNE CASSIMIRO DIAS, 22º
RADIOLOGIA (CÓDIGO 205): MAURO ANGELO RAMOS, 11º,
AGNELO QUEIROZ

DESPACHO DO GOVERNADOR

Em 23 de maio de 2013.

Processo: 020.006.153/2012. Interessado: PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL E COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP. Assunto: PARECER NORMATIVO – ACRÉSCIMO/REDUÇÃO EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. REVOGAÇÃO.

1. ACOLHO a Nota nº 155/2013 da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, por seus fundamentos, e revogo o Despacho de 17 de abril de 2013, publicado na página 5 do Diário Oficial do Distrito Federal de 18 de abril de 2013, que outorgara efeito normativo ao PARECER Nº 1.540/2012-PROCAD/PGDF, de autoria do Procurador do Distrito Federal RODRIGO ALVES CHAVES, aprovado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa – PROCAD, FERNANDO ZANETTI STAUBER, e pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, MARCELO AUGUSTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO.

2. Publique-se.

AGNELO QUEIROZ

RETIFICAÇÃO

No Decreto de 30 de abril de 2013, publicado no DODF nº 89, de 02 de maio de 2013, página 31, o ato que nomeou ARTUR GOUVEIA, da Secretaria de Estado de Comunicação Social do Distrito Federal, ONDE SE LÊ: "...ARTUR GOUVEIA...", LEIA-SE: "...ARTUR GOUVEIA DE LIMA...", ato que nomeou RENATO CORTEZ, ONDE SE LÊ: "...RENATO CORTEZ...", LEIA-SE: "...RENATO CORTEZ CAMPOS..."

No Decreto de 20 de maio de 2013, publicado no DODF nº 104, de 21 de maio de 2013, página 58, o ato que nomeou o 1º SGT QBMG ROSEVALTER DIAS AGUIAR, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, ONDE SE LÊ: "...1º SGT QBMG...", LEIA SE: "...1º SGT QPPMC..."

No Decreto de 25 de abril de 2013, publicado no DODF nº 86, de 26 de abril de 2013, página 11, o ato que nomeou DANIEL VERAS DE MELO, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ONDE SE LÊ: "...DANIEL VERAS DE MELO...", LEIA SE: "...DANIEL VERAS DE MELO, Enfermeiro, matrícula 179.667-4..."

No Decreto de 07 de maio de 2013, publicado no DODF nº 93, de 08 de maio de 2013, página 19, o ato que exonerou a pedido, LÍVIA BEZERRA MARQUES, ONDE SE LÊ: "...da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal...", LEIA SE: "...da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a contar de 23 de abril de 2013..."

No Decreto de 20 de maio de 2013, publicado no DODF nº 104, de 21 de maio de 2013, página 59, o ato que exonerou, por ter sido nomeado para outro cargo, DELVITO GODINHO OTONI, da Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal, ONDE SE LÊ: "...a contar de 07 de maio de 2013...", LEIA-SE: "...a contar de 21 de maio de 2013..."

No Decreto de 17 de maio de 2013, publicado no DODF nº 102, de 17 de maio de 2013, página 1, o ato que nomeou ISABELLA DO CARMO OLIVEIRA CESAR, para o Cargo de Agente de Atividades Complementares de Segurança Pública, área de atuação: Laboratório, para que ONDE SE LÊ: "Isabella do Carmo Oliveira Cesar, 19º...", LEIA-SE: "Isabella do Carmo Oliveira Cesar, 20º"

CASA MILITAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 23 de maio de 2013.

Processo: 002.000.311/2013. Interessado: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE. Assunto: CESSÃO DE POLICIAL MILITAR.

1. AUTORIZO, nos termos da delegação de competência prevista no Decreto nº 31.617, de 28 de abril de 2010, passar à disposição da Administração Regional do Lago Norte, a fim de exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14, de Gerente, da Gerência de Execução de Obras, Conservação e Manutenção, o Terceiro-Sargento QPPMC ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS GAMA - Matrícula 17.913-2, da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do artigo 21, do Decreto nº 88.777/83 (R-200), c/c o disposto no artigo 6º, do Decreto nº 3.014, de 03 de outubro de 1975, mediante efetiva nomeação, pelo órgão cessionário, em cargo considerado de natureza ou interesse policial militar, sem ônus para o erário, a exceção de sua remuneração normal, conforme processo em referência.

2. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à Polícia Militar do Distrito Federal, via Casa Militar, para conhecimento e providências complementares.

ROGÉRIO DA SILVA LEÃO

CASA CIVIL

COORDENADORIA DAS CIDADES ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTIMA

ORDEN DE SERVIÇO Nº 76, DE 22 DE MAIO DE 2013.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTIMA, DA COORDENADORIA DAS CIDADES, DA CASA CIVIL, DA GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do inciso XLVI do Artigo 53, Decreto nº 16.247 de 29.12.94, que aprovou o Regimento Interno da Administração Regional do Distrito Federal, RESOLVE:

Art. 1º Designar MARIA APARECIDA VIEIRA NOBRE, matrícula 31.326-2, Gerente da Gerência de Orçamento, Finanças e Contratos da Administração Regional de Planaltina e VALERIA DE MACEDO XAVIER, matrícula 46.301-9, Chefe do Núcleo de Pessoal da Administração Regional de Planaltina, para requerer junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, em nome da Administração Regional de Planaltina CNPJ: 02.863.532/0001-88, certidões, certificados e quaisquer outros documentos, podendo inclusive fazer consultas e tomar ciência de despachos em processos que figure como parte a Administração Regional de Planaltina.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

NILVAN PEREIRA DE VASCONCELLOS

ORDEN DE SERVIÇO Nº 77, DE 22 DE MAIO DE 2013.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTIMA, DA COORDENADORIA DAS CIDADES, DA CASA CIVIL, DA GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXXIII, Artigo 53 do Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, que aprovou o Regimento Interno da Administração Regional de Planaltina, considerando o advento da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, Artigo 229, RESOLVE:

Art. 1º Designar a Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, constituída através da Ordem de Serviço nº 41, de 02 de abril de 2013, publicada no DODF nº 68, de 03 de abril de 2013, pag. 33, com o objetivo de apurar os fatos constantes nos Processos 135.000.148/2013, 135.000.149/2013 e 135.000.159/2013, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º A Comissão será composta por ROBERTO DA COSTA MEDEIROS (Presidente), Chefe da Assessoria Técnica, matrícula 1.651.017-8, DANIELE OLÍMPIA SOARES SILVA (Membro), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 174.596-4, MIGUEL VENÂNCIO DE SOUSA NETO (Membro), Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 174.520-4, BELMIRA FLORES MACHADO (Suplente do Presidente), Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 174.515-8, MARIA APARECIDA VIEIRA NOBRE (Suplente), Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 31.326-2 e LUCIANA DA SILVA ALMEIDA (Suplente), Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 156.942-2.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

NILVAN PEREIRA DE VASCONCELLOS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANÓ

ORDEN DE SERVIÇO Nº 57, DE 22 DE MAIO DE 2013.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO PARANÓ, DA COORDENADORIA DAS CIDADES, DA CASA CIVIL, DA GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento da Administração Regional do Paranó, aprovado pelo Decreto nº 22.338, de 24 de agosto de 2002, e com fundamento no que dispõe o inciso II, artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere os incisos IV, XXXIII, LXXX do art. 35 do Regimento da Administração Regional

Anexar ao Parecer nº 1540/12-PROCAD